

Um compromisso democrático

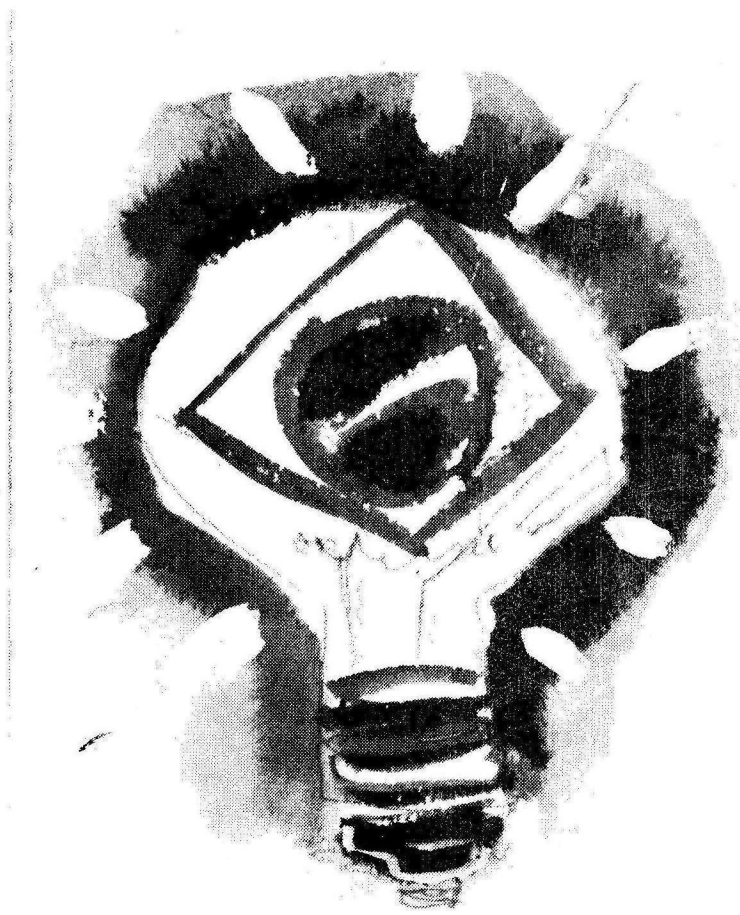
Josaphat Marinho

KÁCIO

Dois documentos recentes deram à candidatura de Fernando Henrique Cardoso dimensão política e de idéias, antes não revelada devidamente. Um, a exposição "O Real e o Sonho", em que enunciou as bases e diretrizes de seu programa de ação. O outro, a entrevista publicada pelo **Correio Braziliense**, em sete do corrente mês. Nesses documentos projetou-se o conjunto de seu pensamento, bem como a firme disposição de realizá-lo no governo. Sabia-se das idéias do sociólogo e do professor, provadas na resistência ao regime discricionário militar, que lhe impôs o exílio. Conhecia-se sua atividade eficiente no Ministério das Relações Exteriores. Toda a sociedade, concordando ou divergindo, acompanhou seu esforço, no Ministério da Fazenda, para ordenar e mudar o quadro financeiro do país, a partir do propósito de estancar a inflação.

Tais antecedentes justificavam a imagem do homem competente, democrata e coordenador. O êxito inicial do plano financeiro confirma esse perfil. Mas o exercício da Presidência da República, que o candidato persegue, reclama certeza maior, para convencimento dos cidadãos eleitores. O ministro de Estado, por mais realizador que se revele, somente atua num setor da administração, e como auxiliar, sujeito sempre à orientação superior e à decisão do chefe de governo. O comando executivo, além do poder de decidir, define normalmente as idéias e as atitudes do governo, no sistema presidencial. Ao titular da função executiva cabe, portanto, imprimir ao governo caráter democrático ou autoritário, conservador ou avançado. Daí a necessidade de serem apuradas, na fase de propaganda eleitoral, as principais tendências do candidato.

Fernando Henrique as revelou nos dois documentos mencionados. Na exposição sistematizada, compatibilizou o sonho com a realidade. Declarou-se "um homem que acredita na força transformadora das idéias". Logo, admite a energia do pensamento e da cultura como elemento que inspira e dirige as mudanças materiais necessárias. Donde se conclui que essas mudanças materiais não subverterão procedi-



mentos técnicos e éticos aconselháveis. Tanto que se compromete a "negociar e governar em nome do interesse comum e não em nome desse ou daquele setor". Para comprovar a "clareza e convicção" asseveradas, anunciou as prioridades essenciais de seu programa: emprego, educação, saúde, agricultura e segurança. Não as considera "metas exclusivas", nem isoladas, antes componentes de "um projeto maior de desenvolvimento". E promete anunciar "o conjunto de obras que deverão ser completadas ou significativamente avançadas". É o planejamento construtivo.

Antecipa critérios e fins que o orientarão. Dentro do espírito de justiça social, reconhece que cumpre amparar "a enorme massa de excluídos e miseráveis". Na mesma direção, preconiza "um esforço especial e permanente", concertado entre o Governo Federal, os estados e os municípios, para que as "crianças não passem mais fome", tenham saúde e "re-

cebam uma educação de boa qualidade". Salienta que "o bem-estar dos trabalhadores depende não só do valor do salário em reais, mas também do preço e disponibilidade dos bens que consomem no dia-a-dia". Para assegurar preços razoáveis e suficiente disponibilidade de bens, promete política agrícola aplicada a garantir "alimentos fartos e baratos". Não descuida, também, da "questão habitacional".

Quanto à reforma do Estado, o propósito dominante é o de "tornar o governo mais eficaz". Nesse pressuposto, defende a privatização, sem "bandeiras ideológicas". Ainda esclarece que "não se trata, entretanto, de uma 'privatização selvagem', que vê na presença do Estado o inimigo da sociedade". Assim acentua porque "a reforma do Estado será peça essencial para alcançar e manter o equilíbrio global da economia brasileira". Cuida, pois, de reforma destinada a proteger a sociedade como um todo, e não a fortalecer interesses ou privilégios

os do poder econômico privado. Quer a continuidade de "avanços tecnológicos" na indústria, como a multiplicação de "pequenas e médias empresas" criativas, tudo "para o novo salto de desenvolvimento". Para que essa mudança se opere sem discriminações, ressalta "a necessidade da mobilização permanente da sociedade, em defesa da promoção, consolidação e ampliação dos direitos da pessoa humana". E proclama o candidato que saberá "persistir no diálogo" e dar sua "contribuição para banir a intransigência e os radicalismos da vida brasileira, sem abrir mão das responsabilidades inerentes ao cargo".

A entrevista referida confirma essas idéias, com a espontaneidade resultante do diálogo. Se pode haver divergência em algum ponto, em sua substância as declarações correspondem às exigências do País. Da análise da aliança política, sob uma visão dinâmica e não estática, ao reconhecimento de que a "reforma agrária no Brasil é uma questão social", o candidato desdobra raciocínio correto e objetivo. Sustentando que o pleito deve ser visto como disputa entre forças políticas e não em torno de pessoas, nota que o confronto da sua com a candidatura de Lula mostra que "o Brasil deu um passo à esquerda". Combate a inflação como mal devastador, mas vê a questão do emprego, a distribuição regional da renda e outros problemas. Realça a característica do desenvolvimento cada vez mais "ligado à tecnologia", e a conveniência de conquistar o Brasil novos parceiros, como a China.

Enfim: os dois documentos refletem um espírito evoluído e aberto a soluções inovadoras. Como decisões dessa natureza somente são obtidas, de modo legítimo, na sociedade plural, pelo diálogo educado, revela-se consciente "de que as diferenças ideológicas e de trajetória política não podem impedir a busca de convergências". Por isso entende que "governar uma democracia é, antes de mais nada, conviver com as limitações". Assim pensando, o candidato desperta confiança ao eleitor e propicia ao cidadão condições de preparar-se para ser vigilante da ação do governo, como é próprio dos regimes livres.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia